

Edital de Leilão Extrajudicial

Normas e Condições Gerais de Venda de Imóveis

V. 1.0

SUMÁRIO

1. DO VENDEDOR	3
2. DAS INFORMAÇÕES SOBRE O LEILÃO E SOBRE O LEILOEIRO OFICIAL	3
3. DO OBJETO	3
4. DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO	3
4.1. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	3
4.2. DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO	4
5. DOS LANCES	5
5.1. DOS LANCES OFERTADOS EM LEILÃO.....	5
5.2. DOS LANCES POR MEIO DE PROPOSTA PARA COMPRA	5
5.3. DOS LANCES CONDICIONAIS	6
6. DA CONDUÇÃO DO LEILÃO	6
6.1. REGRAS GERAIS	6
7. DOS VALORES E FORMAS DE PAGAMENTO	7
8. DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO	7
8.1. DO PAGAMENTO	7
9. DAS REGRAS E CONDIÇÕES GERAIS DA VENDA	8
9.1. DA VENDA À VISTA	8
9.2. DA VENDA FINANCIADA PELO VENDEDOR	9
9.3. DA VENDA FINANCIADA POR OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	12
9.4. DAS DESPESAS COM A TRANSFERÊNCIA DO(S) IMÓVEL(IS)	12
9.5. DA VENDA EM CARÁTER AD CORPUS E CONFORME O ESTADO FÍSICO DO(S) IMÓVEL(IS)	14
9.6. DAS PENDÊNCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS.....	15
9.7. DA RESCISÃO, DA DESISTÊNCIA e DAS PENALIDADES	16
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18
ANEXO Nº 1 – DO(S) IMÓVEL(IS):	21
ANEXO Nº 2 – DA PROPOSTA PARA A COMPRA DE IMÓVEL(IS) E PARA OS LANCES CONDICIONAIS:	42
ANEXO Nº 3 – Declaração de Estado Civil (Para: Solteiro/viúvo/divorciado/desquitado ou separado)	45
ANEXO Nº 4 – Declaração de Estado Civil (Para: Casado)	47

1. DO VENDEDOR

BANCO INTER S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 00.416.968/0001-01, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG, na Avenida Barbacena, nº 1.219, Bairro Santo Agostinho, CEP: 30.190-131, endereço eletrônico: gestao.ativos@bancointer.com.br, representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominado “VENDEDOR”.

2. DAS INFORMAÇÕES SOBRE O LEILÃO E SOBRE O LEILOEIRO OFICIAL

2.1. LEILOEIRO OFICIAL: Fernando Domingues de Oliveira Jr

2.2. NÚMERO DE MATRÍCULA DO LEILOEIRO: JUCESP 1124

2.3. EMPRESA RESPONSÁVEL: TRUSTBID LEILÕES

2.4. SITE DO LEILOEIRO: www.trustbid.com.br

2.5. ENDEREÇO ELETRÔNICO DO LEILOEIRO: contato@trustbid.com.br

2.6. ENDEREÇO COMERCIAL DO LEILOEIRO: Av. Paulista, 1471 - Conj. 511 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01311-927

2.7. DATA E HORA DA SESSÃO DE LEILÃO: 19 de dezembro de 2024 às 11:00.

2.8. LOCAL DA SESSÃO DO LEILÃO: Av. Paulista, 1471 - Conj. 511 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01311-927

2.9. REALIZAÇÃO DO LEILÃO: o leilão será na modalidade on-line.

3. DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Instrumento o(s) imóvel(is) relacionado(s) no “Anexo nº 1 – Do(s) Imóvel(is)” deste Edital.

3.2. Está descrito no Anexo 1, item 4, deste Edital o status de ocupação do(s) imóvel(is): OCUPADO(S)/DESOCUPADO(S). Para fins deste Edital, considera-se como “OCUPADO(S)” o(s) imóvel(is) que o VENDEDOR não possui a posse direta, independentemente de haver, ou não, residentes/ocupantes no(s) imóvel(is). Lado outro, os imóveis “DESOCUPADO(S)” são aqueles que o VENDEDOR detém a posse direta.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

4.1. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

4.1.1. O leilão far-se-á na modalidade ONLINE, por meio do site do LEILOEIRO OFICIAL indicado no Item nº 2 deste instrumento, observado o disposto neste Edital e as instruções do próprio LEILOEIRO OFICIAL.

4.1.2. Poderão participar deste Leilão Extrajudicial pessoas físicas ou jurídicas no pleno gozo de sua capacidade civil e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.

4.1.3. A participação no leilão implicará a apresentação/envio dos documentos listados pelo LEILOEIRO OFICIAL em seu site, no prazo por ele estabelecido, sob pena de imediata desqualificação do(s) interessado(s), reservado ao VENDEDOR o direito de solicitar, a seu único critério, outros documentos para fins de formalização/registro da compra e venda.

4.1.3.1. Será exigida a mesma documentação do Item nº 4.1.3 para o cônjuge/companheiro(a) do(s) ARREMATANTE(S), se houver.

4.1.4. Os incapazes somente poderão adquirir o(s) imóvel(is) se emancipados ou assistidos/representados por seu representante legal, observados os termos do Item nº 4.1.5.

4.1.5. Em caso de representação, será necessária a apresentação/envio de procuração pública, constando os poderes específicos para o exercício de todos os atos previstos neste Edital, tais quais, mas não se limitando, a dar lance em leilão extrajudicial, firmar, em nome do outorgante, contrato particular com força de escritura pública e/ou escritura pública de compra e venda de imóveis e representar o outorgante amplamente perante as repartições públicas, inclusive cartórios.

4.1.6. O VENDEDOR poderá, a qualquer momento, suspender o leilão em razão de ordem judicial ou a seu critério. O LEILOEIRO OFICIAL será o responsável por informar ao(s) interessado(s) sobre a suspensão, ficando a empresa responsável pelo leilão, o LEILOEIRO OFICIAL e o VENDEDOR isentos de qualquer responsabilidade.

4.2. DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

4.2.1. Para participação no leilão, o interessado deverá efetuar cadastro e habilitação prévios e anuir com as regras de participação dispostas no site, sob responsabilidade exclusiva do LEILOEIRO OFICIAL, bem como providenciar o envio da documentação exigida.

4.2.2. O(s) interessado(s) deverá(ão), ainda, estar com seu CPF /CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil, bem como não possuir restrições de crédito, sob pena de desfazimento do negócio.

4.2.3. O(s) interessado(s), também sob pena de desfazimento do negócio, declara(m) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome e/ou de seus sócios e/ou de seus representantes legais qualquer restrição relativa à matéria; (b) que os pagamentos relacionados ao presente instrumento são realizados com recursos próprios do(s) ARREMATANTE(S), oriundos

de conta de sua titularidade, e estão atrelados ao propósito e à natureza de relação de negócios ora declarados e vinculados à(s) atividade(s) profissional(is) e/ou comercial(is) e/ou patrimônio do(s) interessado(s); (c) que, em havendo qualquer mudança de propósito e natureza de relação de negócios, comunicará imediata e formalmente; (d); e que as informações aqui prestadas e inseridas neste documento são a expressão da verdade, bem como os documentos que amparam, sustentam e acompanham são cópias fiéis dos originais.

5. DOS LANCES

5.1. DOS LANCES OFERTADOS EM LEILÃO

5.1.1. Os interessados em participar do leilão poderão ofertar os lances, de forma prévia e/ ou durante o leilão, no site do LEILOEIRO OFICIAL, sendo que a forma e o procedimento serão estabelecidos e disponibilizados pelo LEILOEIRO OFICIAL, devendo o(s) interessado(s) se informar junto a ele acerca das regras para participação.

5.1.2. Os lances são IRREVOGÁVEIS e IRRETRATÁVEIS, de modo que o interessado é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, salvo em caso de anulação do leilão por decisão judicial **transitada em julgado**. Assim, não honrado o lance vitorioso, poderá ser exigido do ARREMATANTE todos os valores inerentes à arrematação, inclusive a comissão devida ao LEILOEIRO OFICIAL no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação.

5.2. DOS LANCES POR MEIO DE PROPOSTA PARA COMPRA

5.2.1. Os interessados em participar do leilão poderão ofertar lance mediante o preenchimento e envio, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) à realização do leilão, da "Proposta para Compra e Venda de Imóvel" (Anexo nº 2), acompanhada dos documentos a que se referem os itens nº 4.1.3 e/ou 9.2.1. deste instrumento, no endereço comercial ou eletrônico do LEILOEIRO OFICIAL constantes neste Edital, não se admitindo rasuras, emendas ou entrelinhas.

5.2.1.1 O LEILOEIRO OFICIAL não responderá pelo eventual não recebimento de proposta e/ou por qualquer falha de comunicação por referidos meios.

5.2.2. O lance por meio de Proposta para Compra deve ser igual ou maior ao valor mínimo do leilão e estará sujeito à análise e aprovação do VENDEDOR, não caracterizando direito adquirido ou expectativa de direito. Fica a exclusivo critério do VENDEDOR a realização ou não da venda, sem que a negativa lhe acarrete quaisquer ônus, penalidades ou obrigação de indenizar. Nesta hipótese, o LEILOEIRO OFICIAL comunicará ao(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S), no endereço de e-mail indicado na proposta, sobre a negativa, podendo oportunizar a opção de oferecimento de contraproposta, caso seja de interesse de ambas as Partes.

5.2.3. Aprovada a proposta pelo VENDEDOR, o LEILOEIRO OFICIAL comunicará ao(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S) sobre a aprovação, no endereço de e-mail indicado na proposta enviada, seguindo-se as disposições do Item 8.1 no que concerne ao pagamento e assinatura da Ata de Arrematação.

5.2.4. No caso de desistência ou arrependimento da proposta aprovada, o(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S) ficará(ão) obrigado(s) a pagar o valor da comissão devida ao LEILOEIRO OFICIAL no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação.

5.3. DOS LANCES CONDICIONAIS

5.3.1. Quando o maior lance oferecido não atingir o valor mínimo definido pelo VENDEDOR, o LEILOEIRO OFICIAL poderá acolher “lances condicionais”, os quais deverão ser enviados pelo(s) interessado(s) conforme o Modelo de Proposta para a Compra e para os Lances Condicionais (Anexo nº 2), acompanhados dos documentos a que se referem os itens nº 4.1.3 e/ou 9.2.1. deste instrumento, no endereço comercial ou eletrônico do LEILOEIRO OFICIAL constantes neste Edital, não se admitindo rasuras, emendas ou entrelinhas.

5.3.2. Os “lances condicionais” serão válidos pelo prazo de 10 (dez) dias úteis após a data do leilão e não representam direito adquirido ou expectativa de direito, ficando a exclusivo critério do VENDEDOR a sua aprovação. Caso não seja aprovado, o lance será desconsiderado, não sendo devido qualquer valor pelo(s) proponente(s), e não acarretando ao VENDEDOR quaisquer ônus, penalidades ou obrigação de indenizar.

5.3.3. A comunicação acerca do aceite da proposta, assim como a oportunidade de eventual contraproposta será realizada no endereço de e-mail indicado na proposta.

5.3.4. Na eventualidade de não haver lance mínimo, todos os lances serão considerados como condicionais, devendo-se seguir todas as regras pertinentes a esta modalidade.

6. DA CONDUÇÃO DO LEILÃO

6.1. REGRAS GERAIS

6.1.1. A ordem do pregão dos lotes e a condução do leilão ficará a critério do LEILOEIRO OFICIAL, sendo de sua responsabilidade divulgar ao(s) interessado(s) o procedimento a ser adotado, bem como esclarecer eventuais dúvidas. Caberá ainda ao(s) interessado(s), se informar(em) sobre a forma de condução do leilão.

6.1.2. Na sucessão de lances, a diferença entre os valores ofertados (incremento) não poderá ser inferior à quantia fixa indicada pelo LEILOEIRO OFICIAL no início da arrematação de cada lote de bens.

6.1.3. Fica reservado ao VENDEDOR, sem necessidade de aviso prévio, o direito de alterar a composição e/ou agrupamento de lotes do leilão, antes ou durante sua realização, bem como incluir ou excluir lotes, sem que isso importe qualquer direito a indenização ou reparação.

7. DOS VALORES E FORMAS DE PAGAMENTO

7.1. O(s) imóvel(is) serão vendidos a quem maior lance oferecer, desde que iguais ou superiores aos valores mínimos determinados pelo VENDEDOR, conforme Anexo nº 1 deste Edital.

7.2. O(s) imóvel(is) está(ão) sendo ofertado(s) para pagamento: a) à VISTA; b) FINANCIADO pelo VENDEDOR ou c) FINANCIADO por outra Instituição Financeira de escolha do(s) ARREMATANTE(S), nas condições abaixo descritas, ficando a escolha a critério do ARREMATANTE, observado o disposto no Item nº 9 deste Edital:

Comentado [ARF1]: Quando o pagamento for à vista, o arrematante deve passar pelo crivo de PLD.

a) **Pagamento à vista:** Para o(s) imóvel(is) vendidos com status de OCUPADO e DESOCUPADO.

b) Pagamento **financiado pelo VENDEDOR:** Para o(s) imóvel(is) vendidos com status de OCUPADO e DESOCUPADO na forma abaixo:

OPÇÃO DE FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA				
STATUS DE OCUPAÇÃO	SINAL MÍNIMO	Nº DE PARCELAS MENSAIS	TAXA DE JUROS	CORREÇÃO MENSAL
DESOCUPADO	30%	24 a 240 PARCELAS MENSAIS	10% AO ANO	IPCA
OCUPADO	30%	24 a 240 PARCELAS MENSAIS	10% AO ANO	IPCA

c) Financiado por **outra Instituição Financeira de escolha do(s) ARREMATANTE(S):** Para o(s) imóvel(is) vendidos com status de DESOCUPADO.

OPÇÃO DE FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	
STATUS DE OCUPAÇÃO	SINAL MÍNIMO
DESOCUPADO	30%

7.2.1. Não é permitida a utilização de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), cartas de crédito ou de consórcio para financiamento imobiliário de imóveis OCUPADOS. Para imóveis DESOCUPADOS, deverá haver consulta ao LEILOEIRO OFICIAL.

8. DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO

8.1. DO PAGAMENTO

8.1.1. Após a participação no leilão ou aprovação da proposta ou do lance condicional, o ARREMATANTE(S) declarado(s) vencedor(es) deverá(ão) realizar o pagamento do valor à vista ou do sinal (na hipótese de pagamento financiado), via TED (Transferência Eletrônica Disponível), no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** a contar da data da arrematação, na **conta corrente nº 1157952-8 de titularidade do VENDEDOR BANCO INTER S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 00.416.968/0001-01, junto ao Banco Inter S.A. (nº Banco: 077), agência 0001-9**, e enviar o comprovante de pagamento no endereço eletrônico do VENDEDOR indicado neste Edital.

8.1.2. Caberá ao(s) ARREMATANTE(S), o pagamento adicional ao LEILOEIRO OFICIAL da comissão legal de **5% (cinco por cento) sobre o valor total do(s) bem(s) arrematado(s)** no prazo e forma estabelecida pelo LEILOEIRO OFICIAL.

8.1.3. A arrematação fica subordinada ao efetivo pagamento da aquisição do imóvel e da comissão do LEILOEIRO OFICIAL, de modo que, a não realização ou compensação da TED, o prazo estipulado, por qualquer motivo, implicará a resolução de pleno direito do negócio, independentemente de notificação, não gerando qualquer efeito para as partes ou para terceiros, como direito a indenização ou reparação, sem prejuízo da apuração de perdas e danos pelo VENDEDOR, ficando o imóvel livre para ser alienado.

8.1.4. Caberá ao(s) ARREMATANTE(S) providenciar(em) o(s) reconhecimento(s) de firma(s) de sua(s) assinatura(s), e/ ou a(s) assinatura(s) digital(is) por certificado ICP Brasil na Ata de Arrematação, assim como o LEILOEIRO OFICIAL.

8.1.5. Após a compensação do pagamento, o LEILOEIRO OFICIAL emitirá Ata de Arrematação, caso ainda não tenha sido emitida, e a encaminhará ao(s) ARREMATANTE(S) no endereço eletrônico cadastrado para que assine(m) e reconheçam firma, e/ou assine(m) de forma digital por certificado ICP Brasil e, em seguida, proceda(m) com a devolução do documento ao LEILOEIRO OFICIAL, no prazo de 2(dois) dias úteis contados do envio da Ata ao e-mail do(s) ARREMATANTE(S). Na sequência, a Ata de Arrematação poderá ser:

a) Retirada no endereço comercial do LEILOEIRO OFICIAL pelo(s) próprio(s) ARREMATANTE(S) mediante apresentação de documento de identificação ou procurador(es) munido(s) de procuração lavrada nos termos do Item nº 4.1.5, em até 7 (sete) dias úteis após o pagamento do valor do lance e da comissão do LEILOEIRO OFICIAL.

b) Enviada via Sedex ao(s) ARREMATANTE(S), após envio de solicitação formal ao endereço eletrônico do LEILOEIRO OFICIAL e mediante pagamento do valor via depósito, conforme instruções providas pelo LEILOEIRO.

9. DAS REGRAS E CONDIÇÕES GERAIS DA VENDA

9.1. DA VENDA À VISTA

9.1.1. Após a confirmação do recebimento integral do valor de arrematação, e assinatura da Ata de Arrematação nos prazos estabelecidos no Item 8.1, o VENDEDOR entrará em contato por e-mail com o(s) ARREMATANTE(S) para que este(s) indique(m) o Tabelionato de Notas de sua(s) preferência(s) para lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda, bem como o respectivo endereço do cartório, o telefone e o e-mail do escrevente responsável, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do envio do e-mail.

9.1.2. Uma vez indicado o Cartório de Notas, deverá(ão) o(s) ARREMATANTE(S) se informar(em) com o escrevente responsável quais são os documentos que deverão ser apresentados ao Tabelionato escolhido para que seja possível a concretização do ato.

9.1.3. O VENDEDOR e o(s) ARREMATANTE(S) envidarão esforços para sanarem quaisquer exigências necessárias à formalização da Escritura Pública de Compra e Venda, a qual deverá ser lavrada pelo VENDEDOR no prazo de 90 (noventa) dias contados da confirmação quitação do preço do imóvel, observado o disposto nos itens seguintes.

9.1.4. Outorgada a Escritura Pública de Venda e Compra, competirá ao(s) ARREMATANTE(S) realizar(em) o Registro, o qual **deverá ser enviado ao endereço eletrônico do VENDEDOR, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura, cópia da matrícula do imóvel com o instrumento devidamente registrado no Cartório de Registro Imobiliário**, ressalvadas as hipóteses de prorrogações autorizadas ou quando houver pendências documentais do VENDEDOR, bem como, efetivar a substituição do contribuinte na Prefeitura Municipal e do responsável pelo imóvel junto à administração do condomínio ao qual o imóvel eventualmente pertença.

9.2. DA VENDA FINANCIADA PELO VENDEDOR

9.2.1 Caso o(s) ARREMATANTE(S) opte(m) pelo pagamento financiado pelo VENDEDOR, deverá(ão), no prazo de até 2(dois) dias úteis a contar da data da arrematação, entrar em contato com o VENDEDOR a fim de verificar as condições do financiamento, assim como, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da arrematação, apresentar os documentos abaixo listados, sem prejuízo de outros que possam vir a ser solicitados, ficando a aprovação do crédito a exclusivo critério do VENDEDOR:

a) Se PESSOA FÍSICA:

a.1) Documento de Identificação: Carteira de Identidade (RG); Carteira Nacional de Habilitação (CNH); Registro Nacional de Estrangeiro (RNE); Passaporte; ou Carteira profissional (serão aceitas somente OAB, CRM, CREA, CRA e CRC), com CPF (Cadastro de Pessoa Física);

Obs.: No caso de CNH, RNE e Passaporte **deve-se observar a validade no documento.**

a.2) Comprovante de Endereço (Validade: 90 dias);

a.3) Certidão de Registro Civil vigente:

a.3.1) Qualquer estado civil diferente de casado: Certidão de nascimento e Declaração de Estado Civil (Existência ou não de união estável), ambas com **Validade de 90 dias**

a.3.2) Se casado: Certidão de casamento (**Validade: 90 dias**);

Obs.: Para casamentos realizados no exterior, deve-se apresentar cópia da certidão de casamento e a tradução emitida pelo consulado;

a.4) Pacto antenupcial:

a.4.1) Para os seguintes regimes de casamento (antes de 26/12/1977): Comunhão parcial de bens; ou Participação final dos Aquestos; ou Separação total de bens (separação convencional ou separação de bens).

a.4.2) Para os seguintes regimes de casamento (após 26/12/1977): Comunhão universal de bens; ou Participação final dos Aquestos; ou Separação total de bens (separação convencional ou separação de bens).

a.5) Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) completa com recibo de entrega (último exercício);

a.6) Profissão:

a.6.1) Se Assalariado: (i) Com Renda variável: Contracheque dos três últimos meses; (ii) Com Renda fixa: Contracheque do último mês;

a.6.2) Se Empresário, autônomo, profissional liberal: Extratos bancários dos três últimos meses com a logo do banco, nome do correntista, agência e número de conta;

b) Se PESSOA JURÍDICA:

b.1) Documentação da empresa:

b.1.1) Se S/A (Sociedade Anônima): Estatuto social e ata de posse/eleição da atual diretoria.

b.1.2) Se LTDA (Sociedade Limitada): Contrato Social e última alteração contratual, conforme último arquivamento na Junta comercial.

b.1.3) Se SLU (Sociedade Limitada Unipessoal): Ato constitutivo.

b.2) Certidão Simplificada da Junta Comercial (Validade: 30 dias).

b.3) Documento de Identificação vigente do(s) representante(s) legal(s) ou procurador(es): Carteira de Identidade (RG); Carteira Nacional de Habilitação (CNH); Registro Nacional de Estrangeiro (RNE); Passaporte; ou Carteira profissional (serão aceitas somente OAB, CRM, CREA, CRA e CRC), com CPF (Cadastro de Pessoa Física);

Obs.: (i) Nos casos de CNH, RNE e Passaporte **deve-se observar a validade no documento;** (ii) Em caso de representação por meio de procuração, será necessária a sua apresentação/envio, conforme disposto no Item nº 4.1.5 abaixo.

b.4) Faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;

b.5) Último balanço com DRE e último balancete com DRE ou 2 (dois) últimos balanços com DRE;

Abertura do endividamento bancário (modalidade, prazo, garantias, vencimentos e valor), caso exista;

Obs.: Nos casos de envio de extrato bancário, serão necessários os 3 (três) últimos meses com a logo do Banco/nome do correntista, agência e número de conta;

9.2.2. Será exigida a mesma documentação a que se referem o Item nº 4.1.3 para o cônjuge/companheiro(a) do(s) ARREMATANTE(S), se houver.

9.2.3. Aprovado o crédito pelo VENDEDOR, o(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S) deverá(ão) apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis, os demais documentos que serão solicitados para a emissão e registro do Contrato de Compra e Venda com pacto adjeto de Alienação Fiduciária. Havendo a omissão do(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S) quanto à solicitação, incidirá o disposto no item 9.7.2.

9.2.4. O(s) ARREMATANTE(S) declara(m) ciência e concorda(m) que serão incluídos no valor a ser financiado junto ao VENDEDOR, as despesas com ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bem Imóvel) e registro da transferência e alienação fiduciária do imóvel, bem como tarifa de cadastro e tarifa de bens recebidos em garantia, sem prejuízo de outras despesas que vierem a ser incluídas no contrato, salvo disposição em sentido contrário pactuada pelas Partes.

9.2.5. Para o financiamento é obrigatória, por parte do(s) ARREMATANTE(S), a contratação de seguro contra os riscos de **Morte e Invalidez Permanente (MIP)** conforme determina o art. 5, IV da Lei 9.514/97, bem como de **Danos Físicos ao imóvel (DFI)**. Não havendo a contratação dos referidos seguros ou caso o(s) ARREMATANTE(S) não se enquadre(m) nas regras estabelecidas pela(s) segurador(as) oferecida(s) pelo VENDEDOR, este oportunizará ao(s) ARREMATANTE(S) a opção de realizar o pagamento à vista do valor integral remanescente, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da comunicação enviada pelo VENDEDOR para manutenção da arrematação.

9.2.6. Uma vez aprovado o crédito e entregue toda a documentação solicitada pelo VENDEDOR, as Partes envidarão esforços para sanarem quaisquer exigências necessárias à formalização e registro do Contrato de Compra e Venda com pacto adjeto de Alienação Fiduciária em garantia, o qual deverá ser feito no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da formalização da aprovação de venda por parte do VENDEDOR, salvo se negociadas condições especiais pelas partes.

9.2.7. Não havendo a aprovação do crédito pelo VENDEDOR, este comunicará ao(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S), no endereço de e-mail indicado na Ata de Arrematação, sobre a negativa, bem como oportunizará o pagamento à vista do valor remanescente, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação enviada pelo VENDEDOR para manutenção da arrematação. Não havendo a concordância do(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S) em realizar o pagamento à vista, o VENDEDOR devolverá o valor do sinal recebido(a) na conta indicada na Ata de Arrematação, em seu valor nominal. O LEILOEIRO também devolverá diretamente o valor adimplido à título de comissão.

9.3. DA VENDA FINANCIADA POR OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

9.3.1. Para as vendas de imóveis com status de **DESOCUPADOS**, poderão o(s) ARREMATANTE(S) quitar o saldo remanescente por meio de financiamento bancário junto à instituição financeira de escolha do(s) ARREMATANTE(S), observados os termos do Item nº 9.3.2, cujo valor deverá ser creditado na **conta corrente nº 1157952-8, de titularidade do VENDEDOR BANCO INTER S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 00.416.968/0001-01, junto ao Banco Inter S/A (nº Banco: 077), agência nº 0001-9.**

9.3.2. Após a comprovação do pagamento do valor correspondente ao sinal do financiamento, o(s) ARREMATANTE(S) terá(ão) que comprovar ao vendedor: i) a solicitação do financiamento junto a outra Instituição Financeira, no prazo de 10 dias; ii) a contratação do financiamento junto a outra instituição financeira, no prazo de 30 dias após o prazo anterior; iii) a lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda, no prazo de 60 dias contados da concessão do crédito mencionado no item anterior; iv) registro da escritura, nos 60 dias subsequentes à lavratura.

9.3.2.1. O(s) ARREMATANTE(S) declara(m)-se ciente(s) de que deverá(ão) solicitar à instituição financeira escolhida que insira expressamente no Contrato de Compra e Venda a ser firmado: (i) as condições referentes à situação de ocupação do IMÓVEL; (ii) as eventuais ações judiciais existentes e (iii) a responsabilidade pelas despesas e tributos referentes ao IMÓVEL, sob pena de rescisão desta Arrematação, nos termos do item nº 9.7.2.

9.4. DAS DESPESAS COM A TRANSFERÊNCIA DO(S) IMÓVEL(IS)

9.4.1. Serão de responsabilidade do(s) ARREMATANTE(S) todas as providências e despesas necessárias à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) e constituição da garantia de Alienação Fiduciária (formalização e registro), tais como, imposto de transmissão, taxas, alvarás, certidões, avaliações, certidões pessoais em nome do VENDEDOR, escrituras, emolumentos cartorários, registros, averbações de qualquer natureza, serviços de despachante, inclusive o recolhimento de laudêmio e obtenção de certidões autorizativas, ainda que relativo a hipóteses de situações enfiteúticas não declaradas ao tempo da alienação e quaisquer outras que vierem a ser necessárias, ou que aqui não tenham sido mencionadas. O(s) ARREMATANTE(S) declara(m)-se ciente(s) de que todas as despesas e providências necessárias para transferência do imóvel para seu nome serão de sua única e exclusiva responsabilidade, ainda que os eventuais cadastros perante à SPU (Secretaria do Patrimônio da União) ou Prefeitura estejam em nome do VENDEDOR ou de terceiros, cooperando o VENDEDOR com os documentos necessários para efetiva transferência.

9.4.2. Vencida a documentação disponibilizada para outorga/registro da Escritura Pública ou para o respectivo registro do Contrato de Compra e Venda com pacto adjeto de Alienação Fiduciária em

garantia, por culpa do(s) ARREMATANTE(S), ficará sob a sua responsabilidade a obtenção de novos documentos, hipótese em que o VENDEDOR não poderá ser responsabilizado no caso de atraso.

9.4.3. A transmissão da posse direta (para imóvel(is) desocupados) ou indireta (para imóvel(is) ocupados) pelo VENDEDOR, se dará na data do registro da respectiva escritura pública e/ou contrato de compra e venda com alienação fiduciária na matrícula imobiliária, salvo disposição expressa pelas partes em sentido contrário.

9.4.3.1. Constitui-se obrigação do(s) ARREMATANTE(S), a partir de sua imissão na posse direta do imóvel, defendê-lo contra todo e qualquer ato de terceiros, promovendo, em tempo e às suas expensas, as medidas que se fizerem necessárias em juízo ou fora dele.

9.4.4. Para os casos de venda de **imóvel(is) DESOCUPADOS**, todos os tributos, taxas, despesas, débitos, inclusive condominiais, e encargos que recaírem sobre o(s) imóvel(is) objeto do presente Edital, (i) até a data de formalização/lavratura da escritura pública/contrato de compra e venda ou (ii) em até 90 (noventa) dias após a assinatura da ata de arrematação, o que ocorrer primeiro, serão de responsabilidade exclusiva do VENDEDOR.

9.4.4.1. Ocorrida uma das condições acima elencadas, todos os tributos, despesas, débitos e encargos que recaírem sobre o(s) imóvel(is) objeto do presente Edital, inclusive débitos condominiais serão de responsabilidade exclusiva do(s) ARREMATANTE(S), ainda que lançados em nome do VENDEDOR ou do(s) antigo(s) devedor(es) fiduciante(s) do(a) CONTRATO/CCB. Ressalta-se que a quitação à dívida conferida ao(s) antigo(s) devedor(es) fiduciante(s) não abrangue eventuais débitos condominiais em aberto não identificados pelo VENDEDOR naquela data, cujos pagamentos não foram efetuados pelo VENDEDOR.

9.4.5. Para os casos de venda de **imóvel(is) OCUPADOS**, independente da forma de pagamento escolhida, o(s) ARREMATANTE(S), a partir da data da arrematação, é (são) responsável(veis) por todas as obrigações relativas ao imóvel, como tributos, taxas, débitos e despesas condominiais. Também são de responsabilidade do(s) ARREMATANTE(S) eventuais despesas condominiais anteriores à arrematação, cujos pagamentos não foram feitos pelo VENDEDOR e, portanto, não incorporaram ao saldo devedor do fiduciante.

9.4.6. Caso haja a constatação pelo VENDEDOR acerca de eventual inadimplemento dos tributos, contribuições, taxas ou despesas condominiais após a confirmação do pagamento do sinal ou preço do imóvel, esteja ele OCUPADO ou DESOCUPADO, o VENDEDOR comunicará ao(s) ARREMATANTE(S), por meio de notificação direcionada ao(s) endereço(s) eletrônico(s) constante(s) na Ata de Arrematação, sobre a irregularidade, devendo o(s) ARREMATANTE(S) comprovar(em) a regularização no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o envio da notificação, sob pena de pagamento de multa pecuniária ao VENDEDOR, no valor de 20,0% (vinte por cento) do valor do tributo em atraso,

sem prejuízo do reembolso de eventual tributo pago por este último, a fim de manter a regularidade fiscal do imóvel e do VENDEDOR até a efetiva transferência da propriedade junto à matrícula do imóvel, ficando, ainda, facultado ao VENDEDOR proceder com o desfazimento da venda em caso da inércia para pagamento após o envio da notificação, sem prejuízo da cobrança de honorários advocatícios.

9.5. DA VENDA EM CARÁTER *AD CORPUS* E CONFORME O ESTADO FÍSICO DO(S) IMÓVEL(IS)

9.5.1. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter "*AD CORPUS*" e no estado em que se encontra(m), sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não podendo o(s) ARREMATANTE(S) alegar(em) desconhecimento das condições, características, estado de conservação e localização dos bens, tampouco pleitear(em) qualquer medida compensatória contra o VENDEDOR, mesmo quando não tenha sido possível a visitação ao(s) imóvel(is), ficando o(s) ARREMATANTE(S) responsável(is), ainda, por qualquer regularização eventualmente necessária em relação ao(s) imóvel(is).

9.5.2. As fotos dos bens disponibilizadas no site do LEILOEIRO OFICIAL, bem como as imagens de vídeo que serão exibidas por ocasião do leilão, são recursos meramente ilustrativos, com o objetivo de oferecerem conforto ao(s) interessado(s). Assim sendo, a manifestação de interesse na compra de qualquer imóvel, deve-se dar somente após prévia visitação física ao(s) imóvel(is), quando disponível tal diligência, ou mediante a concordância com a visualização do(s) imóvel(is) apenas pelas imagens e vídeos exibidos e análise das documentações do(s) imóvel(is), o que desde é acatado pelo(s) ARREMATANTE(S).

9.5.3. É de responsabilidade exclusiva do(s) ARREMATANTE(S) buscar e conferir quaisquer informações relacionada(s) à descrição do(s) imóvel(is), principalmente quando houver a sinalização de que elas se referem a dados extraídos de laudos de avaliação realizados por empresas terceirizadas, considerando que essas informações não constam na(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is), não podendo, por conseguinte, arguir(em) qualquer responsabilização do VENDEDOR por eventual omissão nas informações descritas no Anexo nº 1 deste Edital.

9.5.4. O(s) ARREMATANTE(S) deverá(ão) se cientificar prévia e inequivocamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos em relação ao(s) imóvel(is), especialmente no tocante a legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfiteutic, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, às quais estará obrigado a respeitar por força da arrematação do(s) imóvel(is), não ficando o VENDEDOR, responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O VENDEDOR não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental.

9.6. DAS PENDÊNCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

9.6.1. O(s) ARREMATANTE(S) fica(m) informado(s) e ciente(s) de que as ações judiciais relacionadas ao(s) imóvel(is), das quais o VENDEDOR tenha tomado conhecimento até o momento da publicação deste Edital, estão descritas no Anexo nº 1 do presente instrumento. **No entanto, ressalta-se que é de responsabilidade exclusiva do(s) ARREMATANTE(S) realizar a devida *due diligence* (auditoria) sobre o(s) imóvel(is) de seu interesse, inclusive para obter informações sobre a existência de ações judiciais que não estejam descritas no Anexo nº 1, bem como em relação ao procedimento de consolidação da propriedade fiduciária e/ou integração do(s) imóvel(is) ao patrimônio do VENDEDOR.**

9.6.2. O(s) ARREMATANTE(S) declara(m), neste ato, que, tendo analisado o conteúdo dos procedimentos de expropriação extrajudicial e da(s) ação(ões) judicial(is) em curso, mediante a assistência técnica de advogado especializado, nada tem a opor, acrescentar, criticar ou impugnar quanto à constituição e liquidação da alienação fiduciária que anteriormente incidia sobre o(s) imóvel(is) arrematado(s) e quanto à condução do(s) processo(s) judicial(is) a eles relacionados, sendo vedada, por conseguinte, qualquer alegação relacionada à condução, forma, omissão ou tramitação de tais procedimentos para fins de resolução ou rescisão da presente negociação.

9.6.3. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, ainda que não descritas no Anexo nº 1 deste Edital, não enseja ao(s) ARREMATANTE(S) o direito à desistência da arrematação.

9.6.4. Quando a existência de ação judicial colocar óbice à transferência imediata da propriedade do(s) imóvel(is) ao(s) ARREMATANTE(S), a arrematação implicará na transmissão dos direitos de aquisição do(s) imóvel(is) arrematado(s), ficando a transferência plena da propriedade condicionada à improcedência das respectivas ações judiciais movidas pelo antigo mutuário e consequente livre desembaraço do(s) imóvel(is) para todos os fins de direitos.

9.6.5. Nas hipóteses de arrematação de imóvel(is) desocupado(s), porém com ações judiciais pendentes de julgamento definitivo, o(s) ARREMATANTE(S) será(ão) imitado(s) na posse a partir da lavratura da escritura pública/contrato de compra e venda, devendo aguardar a confirmação da licitude do procedimento de consolidação da propriedade fiduciária, dos leilões judiciais ou da integração do imóvel ao patrimônio do VENDEDOR, mediante o **trânsito em julgado** de tais ações judiciais, para que se confirme a validade da compra e venda, segundo as formas e condições gerais tratadas neste instrumento.

9.6.6. Recairá sobre o VENDEDOR o risco de evicção de direito, nos termos do art. 447 e seguintes do Código Civil Brasileiro, sendo que, sobrevindo decisão judicial, de ações ajuizadas antes ou depois da

arrematação, que invalide a consolidação da propriedade e/ou os leilões públicos promovidos pelo VENDEDOR e/ou a integração do imóvel ao patrimônio do VENDEDOR, a arrematação será automaticamente rescindida, **após o trânsito em julgado da ação.**

9.6.6.1. Nas hipóteses acima, o VENDEDOR fica responsável por devolver ao(s) ARREMATANTE(S) o valor recebido pela venda do(s) imóvel(is), incluída a comissão do LEILOEIRO OFICIAL, a qual será posteriormente repassada à este. A responsabilidade do VENDEDOR abrangerá, também, o reembolso dos valores comprovadamente despendidos pelo(s) ARREMATANTE(S) a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária (IPTU ou ITR, conforme o caso), desde que comprovado pelo(s) ARREMATANTE(S) o impedimento ao exercício da posse direta do imóvel. Os valores serão atualizados pelos índices aplicados às **cadernetas de poupança**, desde o dia do desembolso do(s) ARREMATANTE(S) até a data da restituição.

9.6.6.2 A rescisão da arrematação por evicção de direito não confere ao adquirente o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios, a exemplo daqueles estipulados nos artigos 448 e 450 do Código Civil Brasileiro de 2002, e tampouco por benfeitorias eventualmente introduzidas no imóvel após a data da aquisição, pelas quais não poderá sequer pleitear direito de retenção do imóvel, a menos que expressamente autorizadas pelo VENDEDOR.

9.6.7. O(s) ARREMATANTE(S) declara(m)-se ciente(s) de que a desocupação do imóvel e o ajuizamento das medidas judiciais pertinentes deverá(ão) ser por ele(s) integralmente custeada(s) e acompanhada(s), não tendo o VENDEDOR qualquer responsabilidade pelo eventual insucesso de tais medidas, inclusive nos casos de eventual vício ou má condução dos processos de imissão na posse já em curso, nos quais o(s) ARREMATANTE(S) vier(em) a substituir o VENDEDOR no polo ativo da ação em trâmite contra o(s) antigo(s) devedor(es) fiduciante(s).

9.7. DA RESCISÃO, DA DESISTÊNCIA e DAS PENALIDADES

9.7.1. Até a data da lavratura da Escritura Pública ou formalização do Contrato de Compra e Venda e Alienação Fiduciária em garantia é permitida, sem prejuízo das demais disposições deste Edital, a desistência ou arrependimento da venda pelo VENDEDOR, nas seguintes hipóteses:

- a)** por problemas cadastrais do(s) ARREMATANTE(S);
- b)** por impossibilidade documental;
- c)** quando o(s) ARREMATANTE(S) tiver(em) seu nome citado ou envolvido, direta ou indiretamente, em fato público que o exponha de maneira negativa ou íntegra, sob qualquer aspecto, investigação em âmbito administrativo, civil ou penal;
- d)** quando a venda não atender aos interesses do VENDEDOR (ainda que enquadrada nas condições do leilão); ou
- e)** nos casos previstos em lei.

9.7.1.1. Nas hipóteses acima, aplicam-se as cláusulas 9.6.6.1 e 9.6.6.2 para fins de ressarcimento do(s) ARREMATANTE(S) pelos valores despendidos com a arrematação.

9.7.2. Ficará a critério do VENDEDOR rescindir o negócio, nas seguintes hipóteses:

- a) ausência de assinatura ou entrega de qualquer documento necessário à transferência da propriedade e/ou alienação fiduciária do(s) imóvel(is);
- b) descumprimento de qualquer das condições previstas neste Edital, em especial aquelas contidas no item 4.2.;
- c) inércia do(s) ARREMATANTE(S) em indicar o Cartório de Notas para lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda no prazo de 10 (dez) dias, a contar do envio pelo VENDEDOR de e-mail para indicação de tabelionato;
- d) inércia do(s) ARREMATANTE(S) em assinar a Escritura Pública de Compra e Venda ou o Contrato de Compra e Venda com pacto adjeto de Alienação Fiduciária nos prazos estipulados neste Edital;
- e) inadimplemento de qualquer despesa necessária para transferência da propriedade ou dos tributos, contribuições, taxas ou despesas condominiais ou de parcela do financiamento, caso ainda não tenha sido formalizado e/ou registrado a transferência da propriedade e/ou alienação fiduciária do(s) imóvel(is);
- f) atraso ou impossibilidade do registro da Escritura Pública de Compra e Venda ou do Contrato de Compra e Venda com pacto Adjeto de Alienação Fiduciária por culpa exclusiva do(s) ARREMATANTE(S);
- g) não comprovação pelo(s) ARREMATANTE(S), no prazo estabelecido, da solicitação de financiamento junto a outras instituições financeiras;
- h) não fazer constar no Contrato de Compra e Venda, firmado junto a outra instituição financeira, as condições referentes à situação de ocupação do imóvel, as eventuais ações judiciais existentes e a responsabilidade pelas despesas e tributos referentes ao imóvel.

9.7.2.1. A rescisão do negócio em qualquer das hipóteses acima não importa qualquer direito de indenização ou reparação ao(s) ARREMATANTE(S), devendo o VENDEDOR realizar apenas a devolução dos valores nominais já pagos pelo(s) ARREMATANTE(S), sem correção ou atualização monetária, deduzida uma multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor de arrematação em favor do VENDEDOR e sem devolução da comissão do LEILOEIRO OFICIAL, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo de serem tomadas as medidas judiciais pertinentes, ficando o imóvel novamente liberado para a venda.

9.7.2.2. Caso o VENDEDOR opte por não rescindir o contrato nas hipóteses de atraso na lavratura ou registro da Escritura Pública de Compra e Venda ou do Contrato de Compra e Venda com pacto adjeto de Alienação Fiduciária, por culpa exclusiva do(s) ARREMATANTE(S), haverá a cobrança de multa no importe de 1,0% (um por cento) ao mês sobre o valor da aquisição do imóvel, por cada mês de atraso, até a efetiva lavratura e/ou registro, bem como eventuais honorários advocatícios e custas processuais despendidos pelo VENDEDOR em eventual propositura de ação de obrigação de fazer.

9.7.3. Na hipótese de a Ata de Arrematação ser assinada por ARREMATANTE casado sob o regime de comunhão universal ou parcial de bens, bem como convivente em união estável, será necessária a aposição da assinatura do cônjuge/companheiro(a) quando da formalização da Escritura Pública ou Contrato de Compra e Venda com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, sob pena de desfazimento do negócio e incidência da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da arrematação e perda da comissão de 5% (cinco por cento) da comissão do LEILOEIRO OFICIAL.

9.7.3.1. Aplica-se a penalidade prevista no item anterior na hipótese de a Ata de Arrematação ter sido assinada em desconformidade com os atos constitutivos da pessoa jurídica.

9.7.4. O não pagamento dos valores de arrematação, comissão do LEILOEIRO OFICIAL, no(s) prazo(s) estabelecido(s) neste Edital, configurará desistência ou arrependimento por parte do(s) ARREMATANTE(S), ficando este(s) obrigado(s) a pagar(em) o valor da comissão devida ao LEILOEIRO no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, além de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance ou proposta efetuada em favor do VENDEDOR, destinada ao reembolso das despesas incorridas.

9.7.5. Ocorrendo o desfazimento da arrematação, por qualquer motivo, o(s) ARREMATANTE(S), quando estiverem na posse direta do imóvel, deverá(ão), no prazo de 15 (quinze) dias contados da devida notificação no endereço residencial e/ou eletrônico constantes da Ata de Arrematação, efetuar a entrega das chaves do imóvel ao VENDEDOR, o qual deverá estar inteiramente desocupado de pessoas e coisas, e à disposição do VENDEDOR, sob pena de multa de 2% (dois por cento) ao mês a título de aluguel em favor do VENDEDOR, calculada *pro rata die*, sobre o valor da arrematação, até a efetiva entrega das chaves, devidamente atualizado de acordo com a variação da caderneta de poupança, sem prejuízo de ajuizamento das medidas judiciais cabíveis.

9.7.6. Em caso de ajuizamento de ação judicial para fazer cumprir as regras deste Edital, eventuais honorários advocatícios e custas processuais despendidos pelo VENDEDOR serão cobrados do(s) ARREMATANTE(S), podendo os valores correspondentes a essas despesas, inclusive, serem deduzidos do valor pago a título de aquisição do(s) imóvel(s) ou do sinal (na hipótese de pagamento financiado).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Ao concorrer para a aquisição do(s) imóvel(is) por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo(s) ARREMATANTE(S) das condições estipuladas neste Edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto Federal nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de LEILOEIRO OFICIAL.

10.2. Integram a este Edital as condições para participação de leilões na modalidade online dispostas no site do LEILOEIRO OFICIAL, bem como os Anexos: nº 1 (Dos Imóveis); 2 (Da Proposta para a compra de imóveis), 3 (Declaração de Estado Civil – Para: Solteiro/viúvo/divorciado/desquitado ou separado) e 4 (Declaração de Estado Civil - Para: Casado)

10.3. A tolerância pelo VENDEDOR e/ou ARREMANTE(S), quanto a alguma demora, atraso ou omissão da outra parte no cumprimento das obrigações ajustadas neste Edital ou a não aplicação, na ocasião oportuna, das cominações aqui constantes, não acarretará o cancelamento das penalidades, nem dos poderes ora conferidos, podendo ser aplicadas aquelas e exercidos estes a qualquer tempo, caso permaneçam as causas.

10.4. O(S) ARREMATANTE(S) é (são) responsável (is) pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados, estando ciente(s) de que o VENDEDOR poderá lhes direcionar quaisquer notificações e/ou comunicações decorrentes da arrematação, reconhecendo, desde já, a validade destes atos. Qualquer alteração do(s) endereços(s) deve ser formalmente informada ao VENDEDOR, sob pena de serem consideradas válidas todas as notificações e comunicações feitas no(s) endereços(s) descritos na Ata de Arrematação.

10.5. O(s) ARREMATANTE(S) declara(m) ciência e total concordância de que a escritura pública ou o contrato de compra e venda será formalizado com a(s) mesma(s) pessoa(s) que constar(em) da Ata de Arrematação.

10.6. Em caso de ausência de alguma informação e/ou dúvidas sobre o processo de arrematação, o(s) ARREMATANTE(S) deverá(ão) entrar em contato com a empresa responsável pelo leilão através do endereço eletrônico do LEILOEIRO OFICIAL, telefone(s) e/ou endereço comercial, conforme Item nº 2 deste Edital.

10.7. Quaisquer notificações ou outras comunicações requeridas ou permitidas sob este Edital deverão ser feitas, por escrito, e enviadas por carta registrada direcionadas aos endereços residenciais/comerciais ou eletrônicos das Partes dispostos na Ata de Arrematação, exceto se outra forma for informada pelas Partes.

10.8. Houve a intimação do(s) antigo(s) devedor(es) fiduciante(s) para purga da mora, nos termos do art. 26 e 26-A da Lei nº 9.514/97, com redação dada pela Lei nº 14.711/2023, tendo sido igualmente cumprido todo o procedimento de execução extrajudicial legalmente previsto, que culminou com a consolidação do(s) imóvel(is) descrito(s) no Anexo nº 1. Em sequência, a fim de cumprir o disposto no art. 27 e seguintes da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, o(s) antigo(s) devedor(es) fiduciante(s) foram devidamente notificados e, na sequência, realizados o 1º (primeiro) e 2º (segundo) leilões pelos valores descritos nos referidos artigos. Não houve êxito nestes leilões, o que implicou na consequente integração do imóvel ao patrimônio do VENDEDOR e exoneração da

dívida, conforme dispõe o art. 27, §5º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Deste modo, o presente leilão representa oferta pública do(s) respectivo(s) imóvel(is), não vinculada à Lei nº 9.514/97.

10.9. O(s) ARREMATANTE(S) expressamente autoriza(m) o VENDEDOR a usar seus dados pessoais constantes na Ata de Arrematação, relativos à(s) sua(s) qualificação(ões), para constá-los em Notificação Extrajudicial a ser enviada, se for o caso, ao condomínio edilício a que pertence o(s) imóvel(eis) objeto(s) da arrematação, com o objetivo de informar a transferência da posse/propriedade do bem ao(s) ARREMATANTE(S), e, conseqüentemente, das obrigações condominiais relativa(s) ao(s) referido(s) imóvel(is).

10.10. Compete exclusivamente ao(s) PROPONENTE(S)/ARREMATANTE(S) manter seu endereço de e-mail atualizado junto ao VENDEDOR e ao LEILOEIRO OFICIAL, sob pena de considerarem válidas todas as informações, notificações e comunicações, de qualquer espécie, enviadas ao e-mail fornecido.

10.11. No que couber, as partes admitem a utilização de assinatura eletrônica, inclusive não ligada à ICP-Brasil, podendo o serviço de assinatura ser prestado por qualquer terceiro cujo objeto seja a prestação desse tipo de serviço. A assinatura eletrônica passa a ser admitida em todos os documentos que envolvam as partes, seja na qualidade de partes, intervenientes, ou como terceiros a quem o documento venha a ser oposto, de maneira que os documentos assim assinados constituem documentos eletrônicos para os fins do artigo 10, caput e § 2º, da MP 2.200-2/01; podendo eles, de igual forma, serem recepcionados eletronicamente pelos oficiais de registros e oficiais, nos termos do artigo 1º, § 5º do Provimento 95 do CNJ publicado em 01/04/2020.

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer dúvidas, oriundas do presente evento, com exclusão de qualquer outro.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2025.



BANCO INTER S/A
CNPJ nº 00.416.968/0001-01

ANEXO Nº 1 – DO(S) IMÓVEL(IS):

LOTE Nº 1
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): LUIZ MAURO REZENDE AZEVEDO
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Casa residencial e o respectivo lote de terras de nº 09-B, da quadra 11, situado na Rua Aleixo Antônio Alves, na "Parte Velha", Trindade/GO, com a área de 229,60m². OBS: De acordo com a Prefeitura Municipal de Trindade, o imóvel está localizado na Rua Aleixo Antônio Alves, QD: 11, LT: 09, NR: 319, Centro. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula nº 37.273, do Registro de Imóveis da Comarca de Trindade/GO.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$309.000,00 (trezentos e nove mil reais)

LOTE Nº 2
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): JOSÉ ROBERTO BRAGGION
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Lote de terreno sob nº 01, da quadra 27, do Jardim Estádio, nesta cidade e comarca de Jundiá, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a área de 300,00m², que mede 14,50 metros em reta, de frente para a Rua G; 14,50 metros em reta, de frente para a Rua S; 18,70 metros em curva, confluência das duas Ruas; e 20,00 metros nos fundos, em duas linhas de 10,00 metros e confronta-se com os lotes 02 e 30. Av.2/18.462 – Para constar que as Ruas G e S do Jardim Estádio, passaram a denominar-se, respectivamente, Rua Joaquim Lino de Camargo e Rua Mirassol; Av.3/18.462 – Para constar que no terreno desta matrícula, foi edificado um Prédio Residencial, sito à Rua Joaquim Lino de Camargo, esquina com a Rua Mirassol, com 68,54m² de construção, o qual recebeu o nº 316. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da matrícula nº 18.462 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Jundiá/SP.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação Anulatória autuada sob o nº 1015022-66.2019.8.26.0309, perante a 4ª Vara Cível do Foro de Jundiá/SP

6 – VALOR EM REAIS:

R\$339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais)

LOTE Nº 3**1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):**

CESAR AUGUSTO DE CESARO

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Casa de alvenaria, de 2 pavimentos, com a área construída de 311,04m², sob o nº 646 da Rua Hugo Lisboa, edificada em gleba de terras, sob nº 16, com a área superficial de 2380,90m², situada no Desmembramento Jardim Petrópolis, Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 099309.2.0076063-43 trasladada da Matrícula nº 76.063 do Ofício de Registro de Imóveis de Passo Fundo/RS.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:Ocupado**5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:**

Ação Declaratória de Inexistência de débito autuada sob o nº 5002990-19.2021.8.21.0021, perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Passo Fundo/RS

6 – VALOR EM REAIS:

R\$899.000,00 (oitocentos e noventa e nove mil reais)

LOTE Nº 4**1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):**

LEANDRO EDGAR MURARO

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Casa residencial, com a área global de 57,92m², construída sob um lote de terreno sob nº 16 da quadra 34 do Conjunto Habitacional Dom Gregório Warmeling, Joinville/SC, contendo a área total de 295,00m². OBS: De acordo com a Prefeitura Municipal de Joinville, o imóvel está localizado na Rua Izake Ramos Mafra, nº 86, Bairro Jardim Iririu, Joinville/SC.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 107896.2.0086584-28 trasladada da Matrícula nº 86.584 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville/SC.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:Ocupado**5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:**

Ação Tutela Cautelar Antecedente autuada sob o nº 5019346-15.2025.8.24.0038, perante a 14ª Juízo da Vara Estadual de Direito Bancário de Joinville/SC

6 – VALOR EM REAIS: R\$259.000,00 (duzentos e cinquenta e nove mil reais)

LOTE Nº 5
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): LARISSA LAIS DA SILVA PEDROSA
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Unidade autônoma designada Casa 01, do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CAMINHO DO SOL, localizada na Rua Sérgio Alexandre Lemos, nº 773, Campo Grande/MS. Com 84,87m ² de área construída, fração de terreno de 180,00m ² , sendo 179,40m ² de uso privativo e 0,60m ² área de uso comum de divisão proporcional, o que corresponde à fração ideal de 50,00% do terreno. Edificada sobre o lote de terreno sob nº 14 da quadra nº 12, do PARCELAMENTO VILA AMAPÁ, BAIRRO CENTENÁRIO, com área total de 360,00m ² . Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM 154344.2.0161446-53 trasladada da Matrícula nº 161.446 da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Grande/MS.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)

LOTE Nº 6
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): JORGE EDÍSIO DE CASTRO TEIXEIRA
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Casa residencial, com área construída de 352,2m ² , edificada em terreno com área de 200,00m ² , situado na Rua Santos Dumont, nº 21, da Quadra H, do Conjunto residencial Antônio Queiroz, Ananindeua/PA. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 065599.2.005099161 trasladada da Matrícula nº 50.991 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Notas da Comarca de Ananindeua/PA.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais)

LOTE Nº 7
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): ALCUDIA COMERCIO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Loja 101 do Bloco 1 com dependências do prédio situado na Rua José de Figueiredo nº 320, na freguesia de Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, com direito a 6 vagas de garagem localizadas no subsolo. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 089425.2.0294171-76 trasladada da Matrícula nº 294171 do 9º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Indisponibilidade determinada conforme decisão exarada nos autos 0001399-69.2017.5.12.0047, perante a 3ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Indisponibilidade determinada conforme decisão exarada nos autos 0021722-37.2017.5.04.0203, perante a 3ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Penhora determinada conforme decisão exarada nos autos 0312978-64.2019.8.19.0001, perante a 12ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio De Janeiro.
6 – VALOR EM REAIS: R\$1.175.000,00 (um milhão cento e setenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 8
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): HIGOR FERREIRA PAIVA
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Casa residencial, com a área total construída de 187,35m ² , edificada no Lote 19 da Quadra 23, situado na Rua 13, loteamento Jardim da Barragem I, Águas Lindas de Goiás/GO, com a área de 360,00m ² de terreno. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026377.2.0094195-98 trasladada da Matrícula nº 94.195 do Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Águas Lindas de Goiás/GO.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação Revisional autuada sob o nº 5691882-24.2024.8.09.0168, perante a 2ª Vara Cível de Aguas Lindas de Goiás/GO.
6 – VALOR EM REAIS: R\$385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 9
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): ALDINEI FONTENELE LIMA
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Casa integrante do empreendimento Residencial Park Zequinha Freire, situado na Rua José Ponce Filho, no loteamento Park Zequinha Freire, Bairro Vale do Gavião Leste, Teresina/PI, com a seguinte divisão interna: varanda, sala de estar, hall, 02 quartos, copa/cozinha e banheiro, com área de construção de 40,44m ² , edificada no lote de terreno sob nº 38, da quadra J, com área de 300,00m ² . Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 077842.2.0073172-98 trasladada da Matrícula nº 73.172 da 2ª Serventia de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição de Teresina/PI.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: Ocupado
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL: Ação Revisional autuada sob o nº 0854645-29.2023.8.18.0140, em trâmite perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina/PI. Ação Anulatória autuada sob o nº 0855387-20.2024.8.18.0140, em trâmite perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina/PI.
6 – VALOR EM REAIS: R\$105.000,00 (cento e cinco mil reais)

LOTE Nº 10
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): ALCEBIADES VENANCIO FERREIRA NETO
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Um prédio residencial com 116,74 m ² de área construída em terreno com 270,00m ² , localizado na rua Baru nº 282, Bairro Alvorada, Ituiutaba/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel devidamente matriculado sob o nº CNM 058016.2.0033361-46, trasladado da matrícula nº 33.361 do 2º Ofício do Registro de Imóveis de Ituiutaba/MG.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: Ocupado
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 11
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): SÉRGIO DE QUEIROZ ALBERNAZ
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Casa residencial com 69,80m ² , situada na Rua Antônio José Simão, Quadra 08, Lote 16 Setor Monte Sinai, Trindade/GO. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula nº 37.386 do Registro de Imóveis da Comarca de Trindade/GO.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais)

LOTE Nº 12
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): FERNANDA JOYCE RIBEIRO DE SOUZA QUINTO
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Casa residencial, contendo: 02 quartos, 01 sala, 01 cozinha, 01 banheiro, 01 área de serviço, 01 varanda, com a área total de 55,72m ² , construída no Lote 17A-3 da quadra 36, situado na Rua Formosa, no loteamento Jardim América II, Águas Lindas de Goiás/GO, com a área de 270,00m ² . OBS: De acordo com a Prefeitura de Águas Lindas de Goiás, o imóvel está localizado na Rua Parauna, S/Nº, Lote 17A-3, Quadra 36, Bairro Jardim América II, CEP: 72.922-303. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026377.2.0040897-96 trasladada da Matrícula nº 40.897 do Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Águas Lindas de Goiás/GO.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)

LOTE Nº 13
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): MEIRE RUTE MADEIRO DA ROCHA

<p>2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Lote urbano, com área de 547,14m², localizado na Gleba Sub-área I, Rua Santa Helena, s/n, Centro, Buriticupu/MA, onde foi edificada uma construção residencial contendo: 04 varandas, 02 salas, 02 quartos, 02 quartos suítes master, 01 quarto semi-suíte, 01 copa/cozinha, 02 banheiros suítes, 01 banheiro social, 01 banheiro semisuíte, 01 sala de jantar, 01 área livre, 01 área de serviço coberta, 01 depósito, área edificada de 419,80m². Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.</p>
<p>3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula nº 3.101 do Cartório de Buriticupu/MA.</p>
<p>4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: Ocupado</p>
<p>5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL: Ação Anulatória autuada sob n. 0802624-12.2024.8.10.0028 perante a 1ª Vara de Buriticupu/MA</p>
<p>6 – VALOR EM REAIS: R\$245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais)</p>

LOTE Nº 14

<p>1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): FERNANDO CESAR CHAVES JOSÉ JUNIOR</p>
<p>2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Prédio nº 610 casa 01 da Rua Homero Batista, com a área construída de 169,47m², área livre 56,66m², participação no condomínio 28,82m², soma 254,95m², participação no terreno 146,88m², sobre o lote de terreno nº 5-C, com a área de 336,39m², situado em Tomazinho, São João de Meriti/RJ. OBS: Segundo a prefeitura municipal de São João de Meriti, o imóvel pode ser encontrado na Rua Ana Alves, nº 610, bairro São Matheus. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.</p>
<p>3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula nº 3725 do 2º Ofício de Justiça de São João de Meriti/RJ.</p>
<p>4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: Ocupado</p>
<p>5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL:</p>
<p>6 – VALOR EM REAIS: R\$155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)</p>

LOTE Nº 15

<p>1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): WELLINGTON DOUGLAS DE OLIVEIRA MARTINS</p>
<p>2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:</p>

Prédio residencial, com a área de 151,19m², o qual recebeu o nº 123, da Rua Vereador Adolfo Nimptz, edificado em lote de terreno nº 16 da quadra C, com 300,00m² de área, loteamento Jardim América, Engenheiro Coelho/SP.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 120220.2.0038878-20 trasladada da Matrícula nº 38.878 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim/SP.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Anulatória autuada sob o nº 1004806-05.2024.8.26.0363, perante a 4ª Vara Cível da Comarca Mogi Mirim/SP

6 – VALOR EM REAIS:

R\$245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 16

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

JORGE WILSON DA SILVA COSTA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Apartamento nº 302, com direito a 01 vaga para estacionamento de veículo, que se localiza indistintamente, no subsolo ou no pavimento de acesso ou no pavimento de garagem elevado do prédio nº 131 da Rua Almirante Baltazar, na freguesia do Engenho Velho, Rio de Janeiro/RJ. Obs: De acordo com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o imóvel está localizado na Rua Almirante Baltazar, nº 131, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 088583.2.0123118-41 trasladada da Matrícula nº 123118 do 11º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$309.000,00 (trezentos e nove mil reais)

LOTE Nº 17

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

DIEGO DE SOUZA TORRES

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Lote 28, da Quadra 05 no loteamento Residencial Jardim Paraíso, Rua das Rosas, Águas Lindas de Goiás/GO, com a área de 300,00m², onde foi construída uma casa residencial, contendo: 02 quartos, 01 sala, 01 cozinha, 01 banheiro, 01 área de serviço, com a área total de 50,43m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026377.2.0014491-65 trasladada da Matrícula nº 14.491 do Oficial do Registro de Imóveis de Águas Lindas de Goiás/GO.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$105.000,00 (cento e cinco mil reais)

LOTE Nº 18

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

GUSTAVO HENRIQUE DE LIMA SZUPKA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Apartamento nº 504, situado no 5º pavimento (tipo) do Bloco 10 do SPAZIO JOVITÁ, localizado na Rua Princesa Mafalda, 474, Bairro Floresta, Joinville/SC, possuindo uma área construída privativa de utilização exclusiva de 42,8500m², área de uso comum coberta de 17,8431m², área total construída de 72,6931m², vaga de estacionamento coberta nº 333.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM 108506.2.0043767-37 trasladada da Matrícula nº 43.767 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville/SC.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$119.000,00 (cento e dezenove mil reais)

LOTE Nº 19

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

CLAUDIO COMUNALE

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Apartamento nº 404, Bloco 01, do CONDOMÍNIO FORTUNE RESIDENCE CLUB, situado na Rua dos Amigos, nº 355, Bairro Cambéba, Fortaleza/CE, com uma área privativa 62,27m², área comum 35,87m², área total

98,14m², com direito a duas vagas de garagem nº s 195/196, descoberta livre/descoberta presa e fração ideal 0,004246 do terreno.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da matrícula sob nº 89.979, do Registro de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Fortaleza/CE.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Anulatória autuada sob o nº 0218295-27.2021.8.06.0001, perante a 34ª Vara Cível de Fortaleza/CE.

6 – VALOR EM REAIS:

R\$209.000,00 (duzentos e nove mil reais)

LOTE Nº 20

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

FERNANDO PEREIRA DO NASCIMENTO

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Casa Residencial, Pavimentos: Térreo/Superior/Inferior, com frente para a Rua Anú, sob o nº 50, com 299,30m², edificada sobre um terreno designado como Lote 06/A, desdobrado do Lote 06 da Quadra A-C, do Loteamento PORTAL DAS LARANJEIRAS, Caieiras/SP, com a área de 150,00m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula nº 80.400, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Franco da Rocha/SP.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Revisional autuada sob o nº 1004883-09.2024.8.26.0106, perante a 01ª Vara Cível de Caieiras/SP.

Ação Suspensão de Leilão c/c Consignação em Pagamento autuada sob o nº 1001694-86.2025.8.26.0106, perante a 01ª Vara Cível de Caieiras/SP.

6 – VALOR EM REAIS:

R\$349.000,00 (trezentos quarenta e nove mil reais)

LOTE Nº 21

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

ROBSON DIAS DE OLIVEIRA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Residência de dois pavimentos e subsolo, com área construída de 114,275m², nº 373 da Avenida Assis Chateaubriand, edificada no terreno constituído por parte do lote nº 47 – lado esquerdo, da quadra nº 04, do Jardim Ouro Preto, Taboão da Serra/SP, área total de 125,00m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 148411.2.0001713-80 trasladada da Matrícula nº 1.713 do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Taboão da Serra/SP.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$390.000,00 (trezentos e noventa mil reais)

LOTE Nº 22

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

DANIELA GOIS FIGUEIREDO ALMEIDA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Um prédio e seu respectivo terreno, situados à rua Drausio, nº 253, antigo nº 263, sendo o terreno formado por parte do lote nº 25, da Quadra G, da Vila Paulicéia, São Bernardo do Campo/SP, com a área de 130m². Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 122317.2.0041025-48 trasladada da Matrícula nº 41.025, do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Bernardo do Campo/SP.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Revisional autuada sob o nº 1008803-38.2025.8.26.0564, perante 6ª Vara Cível do Foro de São Bernardo do Campo/SP

6 – VALOR EM REAIS:

R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 23

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

MARCIA VIEIRA DE CASTRO

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Casa residencial, com a área total construída de 176,94m², contendo 01 garagem, edificada no Lote 13 da quadra 32, frente para a Via de Acesso, no loteamento Jardim da Barragem V, Águas Lindas de Goiás/GO, com a área de 360,00m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026377.2.0069300-53 trasladada da Matrícula nº 69.300 do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Águas Lindas de Goiás/GO.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 24

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

ERNADES TEIXEIRA LIMA SOBRINHO

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Casa Nº 52, sita a Rua Projetada, com 149,16m² de área construída, com garagem, edificada no Lote Nº 24, da Quadra B, do loteamento Minhoto II, em Carpina/PE, com a área de 360,00m². OBS: De acordo com a prefeitura municipal de Carpina o imóvel está localizado Rua Hermógenes Rodrigues dos Santos, 52, Santo Antônio, Carpina/PE. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 074807.2.0011072-75 trasladada da Matrícula nº 11072, do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Carpina/PE.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Revisional autuada sob o nº 0004209-86.2024.8.17.2470, perante 3ª Vara Cível da Comarca de Carpina/PE;
Ação Revisional autuada sob o nº 0005006-62.2024.8.17.2470, perante 2ª Vara Cível da Comarca de Carpina/PE.

6 – VALOR EM REAIS:

R\$139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais)

LOTE Nº 25

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

LUCIANO LEONARDO DA SILVA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Prédio com a área de 138,65m², nº 71, composto de 02 pavimentos, construído no terreno situado à rua Lino Martins Agra, antiga rua Três, lote B, parte do antigo lote nº 13, da quadra C, do Jardim Ana Rosa, no 8º Subdistrito – Santana, São Paulo/SP, com área de 149,50m². Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 113282.2.0093076-72 trasladada da Matrícula nº 93.076 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$409.000,00 (quatrocentos e nove mil reais)

LOTE Nº 26

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

CAROLINA CASTELAN ARAUJO

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Um prédio, situado na Rua Expedicionário Vicente Gomes Otero nº 75, no Conjunto Habitacional Jardim Adelino Simioni, Ribeirão Preto/SP, com seu respectivo terreno com a área total de 200,00m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 111435.2.0133620-80 trasladada da Matrícula nº 133.620 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Anulatória de Leilão autuada sob o nº 1019386-62.2025.8.26.0506, perante 10ª Vara Cível do Foro de Ribeirão Preto/SP;

Ação Anulatória de Leilão autuada sob o nº 1013565-77.2025.8.26.0506, perante 9ª Vara Cível do Foro de Ribeirão Preto/SP.

6 – VALOR EM REAIS:

R\$199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)

LOTE Nº 27

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

IGOR RODRIGUES ARANTES DA SILVA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Uma casa residencial, com área total construída de 549,82m², edificada sobre o Lote Nº 22, da Qda. 21, situado à Rua Boticelli, no loteamento Setor Gentil Meirelles, Goiânia/GO, com área de 635,99m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026039.2.0026000-45 trasladada da Matrícula nº 26.000, do Cartório do Registro de Imóveis da 2ª Zona da Comarca de Goiânia/GO.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$1.225.000,00 (um milhão e duzentos e vinte e cinco mil reais)

LOTE Nº 28

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

LUCAS BRUNO FERREIRA DA SILVA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Casa D, localizada na Rua 14, no Lote 03 da Quadra 04 do loteamento Mansões Imperatriz, no Condomínio Residencial São Francisco, Águas Lindas de Goiás/GO, contendo área total privativa de 237,50m², sendo 65,76m² de área privativa coberta; 171,74m² área privativa descoberta; 31,25m² área comum descoberta, com a área total de 268,75m² ou 26,875% do terreno.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 026377.2.0039735-90 trasladada da Matrícula nº 39.735 do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Águas Lindas de Goiás/GO.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$69.000,00 (sessenta e nove mil reais)

LOTE Nº 29

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

JOSÉ CARIVALDO SOUZA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Imóvel residencial situado na Rua 127, Lote 10-A, QD. GO, Nº 47, LT Jardim Manguinhos, Bairro Santa Cecília, Nossa Senhora do Socorro/SE, com área construída de 69,75m², com área de terreno de 125,00m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula nº 110221.2.0041734-89 da 1ª Circunscrição Imobiliária Registro Geral Nossa Senhora do Socorro/SE.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:
R\$69.000,00 (sessenta e nove mil reais)

LOTE Nº 30

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

VILSON RODRIGO KETZER

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Uma construção em alvenaria, de uso residencial, com a área de 60,74m², a qual tomou o nº 389 da Rua Sergipe, edificada sobre um terreno composto de parte do Lote 05 da Quadra 990, no bairro Scharlau, Vila Bom Retiro, São Leopoldo/RS.

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da matrícula sob nº CNM: 097766.2.0020434-37 trasladada da Matrícula nº 20.434, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Leopoldo/RS.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Anulatória autuada sob o nº 5016147-81.2025.8.21.0033, perante a 02ª Vara Cível da Comarca de São Leopoldo/RS.

6 – VALOR EM REAIS:
R\$159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais)

LOTE Nº 31

1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):

GERSON SCHLATTER DE LIMA

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Casa sob nº 567, à Rua José Lins do Rego e seu respectivo terreno, correspondente ao lote 136 da Quadra 38 da Vila Valparaíso, Santo André/SP, com a área de 415,00m². AV.2: Aumento de uma construção existente nos fundos do lote, em aproximadamente 30,00m².

Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 111005.2.0057442-06 trasladada da Matrícula nº 57.442, do Primeiro Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Santo André/SP.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:

Ocupado

5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:

Ação Revisional autuada sob o nº 1032445-07.2024.8.26.0554, perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Santo André/SP.

6 – VALOR EM REAIS: R\$815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais)

LOTE Nº 32
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): MARCOS ROBERTO MONTEIRO BARBOSA
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Uma casa térrea, não residencial, com uma área total construída de 318,00m ² , sita à Rua Princesa Isabel, nº 125, antiga Rua Santa Isabel, Centro, Fortaleza/CE. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 015719.2.0021753-98 trasladada da Matrícula nº 21.753 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza/CE.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais)

LOTE Nº 33
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): EUNICE AMARILHO RODRIGUES
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Um terreno, constituído de parte do lote 1 da quadra N, onde foi construído um prédio residencial em alvenaria (2 pav.), com a área de 95,80m ² , o qual tomou o nº 383 da rua Roca Sales, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS. AV. 7: O prédio residencial sofreu um aumento residencial em alvenaria, com a área de 70,12m ² . Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 097683.2.0052647-03 trasladada da Matrícula nº 52.647 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo/RS.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação Anulatória autuada sob o nº 5016655-69.2025.8.21.0019, perante a 01ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo/RS.
6 – VALOR EM REAIS: R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais)

LOTE Nº 34
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): AUDREY AFFONSO
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Apartamento Nº 112, localizado no 11º andar do Condomínio Edifício Itaparica, situado na Rua Jovina, nº 361, na Vila Mascote, no 42º Subdistrito – Jabaquara, São Paulo/SP, contendo a área útil de 57,71m², a área de garagem de 10,00m² (correspondente a uma vaga individual e indeterminada, localizada no subsolo do edifício), a área comum coberta e descoberta de 66,10m², com a área total construída de 133,81m², correspondendo-lhe uma fração ideal no terreno de 1,6667%. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 113746.2.0076210-95 trasladada da Matrícula nº 76.210, do 8º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação Anulatória autuada sob o nº 1016252-81.2025.8.26.0003, perante a 01ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP.
6 – VALOR EM REAIS: R\$319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais)

LOTE Nº 35
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): ROSALINDA MARIA TROMBINI TADIELO
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Uma casa de alvenaria, medindo uma área de 113,95m², possui no subsolo, uma peça para depósito, com a área de 31,68m², totalizando uma área construída de 145,63m², sob o nº 1356 da rua João Manoel, São Francisco de Assis/RS, construída sob um terreno com a área de 455,40m². Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 098335.2.0007224-49 trasladada da Matrícula nº 7.224 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco de Assis/RS.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação de Consignação autuada sob o nº 5001527-79.2025.8.21.0125, perante a 2ª Vara Cível da comarca de São Francisco de Assis/RS.
6 – VALOR EM REAIS: R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais)

LOTE Nº 36
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): CLERIA APARECIDA SILVA SOUZA
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Prédio residencial situado à Rua Guapeva nº 244, com a área construída de 23,92m ² , edificado em terreno designado por lote nº 22 da quadra nº 114, do loteamento Santa Mônica II – setor B, Uberlândia/MG, com a área de 250,00m ² . Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 032136.2.0068108-22 trasladada da Matrícula nº 68.108 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação Anulatória autuada sob o nº 5063566-86.2024.8.13.0702, perante a 3ª Vara Cível da comarca de Uberlândia/MG.
6 – VALOR EM REAIS: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 37
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): LILIANA MARINCEK
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Uma casa de morada, com área construída de 106,89m ² , localizada na Rua Irmã Terezinha Vaz, nº 323, Conjunto Habitacional Ilha Grande II, Jardinópolis/SP, edificada sobre o Lote nº 16, da Quadra nº 03, com área de 200,00m ² . Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 119818.2.0002556-62 trasladada da Matrícula nº 2.556 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jardinópolis/SP.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação Anulatória autuada sob o nº 1001387-35.2025.8.26.0300, perante a 2ª Vara Cível da comarca de Jardinópolis/SP.
6 – VALOR EM REAIS: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 38
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): ANA KARLA AMORIM DE MELO
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: CASA sob nº 107, edificada no Lote nº 338, do Tipo AL/I-I-45, e respectivo terreno sitos na Rua José de Moura Teixeira, Quadra 15, do Conjunto Residencial José Maria de Melo, no Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da matrícula sob o nº CNM: 001735.2.0033096-27, trasladada da Matrícula nº 33096, do 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Maceió/AL.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:
6 – VALOR EM REAIS: R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais)

LOTE Nº 39
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): ANTONIO FERREIRA REZENDE
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Apartamento 601 e correspondente fração ideal de 42/1000 do terreno, com direito a uma vaga na garagem, situado na Rua Oldegard Sapucaia, nº 44, na Freguesia do Engenho Novo, Rio de Janeiro/RJ. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 092346.2.0048521-63, trasladada da Matrícula nº 48521, do 1º Serviço Registral de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL: Ação Revisional autuada sob o nº 0824777-50.2024.8.19.0202, perante a 3ª Vara Cível da comarca do Rio de Janeiro/RJ; Ação Revisional autuada sob o nº 0887049-67.2025.8.19.0001, perante a 8ª Vara Cível da comarca do Rio de Janeiro/RJ.
6 – VALOR EM REAIS: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais)

LOTE Nº 40
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): TCH VIAGENS E TURISMO LTDA-ME
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: SALA nº 228, com área privativa de 29,25m ² , área comum não proporcional de 30,46m ² , área comum proporcional de 11,18m ² , área total de 70,89m ² e fração ideal de 0,1578% ou 16,75m ² , com direito ao uso de vaga de garagem. Sala nº 229, com área privativa de 29,25m ² , área comum não proporcional de 30,46m ² , área comum proporcional de 11,18m ² , área total de 70,89m ² e fração ideal de 0,1578% ou 16,75m ² , com direito ao uso de vaga de garagem. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóveis objetos das respectivas matrículas nº 43.014 e 43.017 do Registro de Imóveis de Lauro de Freitas/BA.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL: Ação Revisional autuada sob o nº 8017085-77.2023.8.05.0150, perante a 1ª Vara de Relações de Consumo de Lauro de Freitas/BA. Ação Revisional autuada sob o nº 8005465-73.2020.8.05.0150, perante a 1ª Vara de Relações de Consumo de Lauro de Freitas/BA.
6 – VALOR EM REAIS: R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais)

LOTE Nº 41
1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES): DIOGO GUEDES FERNANDES DE JESUS
2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL: Unidade n. 2, do Condomínio Residencial Soligo Diadorim, situada na Rua Diadorim, 886, Cascavel/PR, tem a área total de 68,10m ² , sendo 68,00m ² de área privativa e 0,10m ² de área de uso comum, correspondendo-lhe a fração ideal do terreno de 50% equivalente a 180,00m ² . Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.
3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO: Imóvel objeto da Matrícula CNM: 080473.2.0064286-75 trasladada da Matrícula nº 64.286 do Registro de Imóveis 3º Serviço da Comarca de Cascavel/PR.
4 – STATUS DE OCUPAÇÃO: <u>Ocupado</u>
5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTA EDITAL:

6 – VALOR EM REAIS:

R\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais)

LOTE Nº 42**1 – NOME DO(S) ANTIGOS(S) DEVEDOR(ES):**

CRISTIANE DA SILVA VARGAS

2 – ENDEREÇO DO IMÓVEL:

Uma casa de alvenaria, de uso residencial, com a área de 160,73m², a qual tomou o nº 568, da Avenida Maria Emília de Paula, no Bairro Feitoria, São Leopoldo/RS, edificada sobre terreno com área de 185,76m². Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula abaixo mencionada.

3 – MATRÍCULA(S) E CARTÓRIO:

Imóvel objeto da Matrícula CNM: 097766.2.0080321-20 trasladada da Matrícula nº 80.321 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Leopoldo/RS.

4 – STATUS DE OCUPAÇÃO:Ocupado**5 – CIÊNCIA DE AÇÃO(ÕES) JUDICIAL(IS) PELO VENDEDOR, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 9.6 DESTE EDITAL:**

Ação Anulatória autuada sob o nº 5017721-42.2025.8.21.0033, perante a 3ª Vara Cível da Comarca de São Leopoldo/RS.

6 – VALOR EM REAIS:

R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais)

ANEXO Nº 2 – DA PROPOSTA PARA A COMPRA DE IMÓVEL(IS) E PARA OS LANCES CONDICIONAIS:

À (ao) _____,

Segue abaixo a minha proposta para aquisição do(s) imóvel(is) _____, ofertado(s) no leilão extrajudicial do dia ___/___/___.

1 – DOS DADOS DO(S) PROPONENTE(S):

1.1 – SE PESSOA FÍSICA:

Nome:		
Nacionalidade:	Profissão:	
Filiação:		
Data de Nascimento:	CPF:	RG:
Estado Civil:	Regime de Casamento:	
Nome Cônjuge (Se tiver):		
Nacionalidade:	Profissão:	
Filiação:		
Data de Nascimento:	CPF:	RG:
Estado Civil:	Regime de Casamento:	
Endereço:		Número:
Complemento:	Bairro:	CEP:
Cidade:		UF:
Tel. fixo:	Tel. Celular:	
E-mail:		

1.2 – SE PESSOA JURÍDICA:

Nome/Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		Número:
Complemento:	Bairro:	CEP:
Cidade:		UF:
Tel. fixo:	Tel. Celular:	

E-mail:	
Nome do Representante:	
Nacionalidade:	Profissão:
CPF:	RG:
Estado Civil:	Regime de Casamento:

2 – DO ENDEREÇO E MATRÍCULA/CARTÓRIO DO(S) IMÓVEL(IS):

3 – DO VALOR DA PROPOSTA:

O valor de R\$ ____ (_____)
acrescido comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação referente à comissão do
LEILOEIRO OFICIAL.

4 – DA FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – À VISTA ()

4.2 – FINANCIADO PELO VENDEDOR ()

OPÇÃO DE FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA				
STATUS DE OCUPAÇÃO	SINAL MÍNIMO	Nº DE PARCELAS MENSAS	TAXA DE JUROS	CORREÇÃO MENSAL
DESOCUPADO	30%	24 a 240 PARCELAS MENSAS	10% AO ANO	IPCA
OCUPADO	30%	24 a 240 PARCELAS MENSAS	10% AO ANO	IPCA

4.2.1 – **OPÇÃO 1** (): Sinal de 30% (Trinta por cento) e saldo restante em até ____ parcelas mensais com juros de 10% (dez por cento) ao ano e correção mensal pelo IPCA.

4.2.2 – **OPÇÃO 2** (): Sinal de 30% (Trinta por cento) e saldo restante em até ____ parcelas mensais com juros de 10% (dez por cento) ao ano e correção mensal pelo IPCA.

4.3 – FINANCIADO POR OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ()

4.3.1 – **OPÇÃO**: Sinal de 30% (Trinta por cento) e saldo restante financiado por outra instituição financeira

Confirmando a oferta acima, ciente das normas e condições do Edital de Leilão, assumindo inteira responsabilidade.

_____, ____ de _____ de 2____.

Assinatura

ANEXO Nº 3 – Declaração de Estado Civil (Para: Solteiro/viúvo/divorciado/desquitado ou separado)

Ao Banco Inter S/A

TERMO DE DECLARAÇÃO DE ESTADO CIVIL

Declarante:

Nome _____ completo:

Nacionalidade: _____

Profissão: _____

RG/CNH

nº: _____

CPF _____ nº:

Endereço: _____

DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, que meu estado civil é o de _____ e que

(solteiro, viúvo, divorciado, separado)

(mantenho/não mantenho)

união estável de acordo com a Lei nº 9.278/96 e com as alterações introduzidas pelo art. 1.723 do CC, sendo que, a omissão ou falsidade havida nesta declaração em relação ao estado civil do(a) declarante, que possa prejudicar direito ou criar obrigação, alterando a verdade sobre fato juridicamente relevante, sujeitará o(a) declarante às consequências legais previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo de eventual responsabilização civil.

DECLARO, ainda, que providenciarei a minha certidão de registro civil atualizada, mediante requerimento e no prazo indicado pelo Credor Fiduciário/Promitente Vendedor, a fim de possibilitar o registro da Escritura Pública/Contrato de Compra e Venda, bem como que a certidão civil apresentada, neste ato, não sofreu alteração substancial quanto à alteração de estado civil.

Mantendo união estável, **DECLARO** que os dados do meu/minha companheiro(a) são:

Nome _____ completo:

Nacionalidade: _____

Estado

civil:

Profissão:

RG/CNH

nº:

CPF

nº:

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração em única via.

_____, ____ de _____ de _____.

NOME e CPF do(a) Declarante

ANEXO Nº 4 – Declaração de Estado Civil (Para: Casado)

Ao Banco Inter S/A

TERMO DE DECLARAÇÃO DE ESTADO CIVIL

Declarantes:

Nome _____ completo:

Nacionalidade: _____

Profissão: _____

RG _____ nº:

CPF _____ nº:

Endereço: _____

Nome _____ completo:

Nacionalidade: _____

Profissão: _____

RG _____ nº:

CPF _____ nº:

Endereço: _____

DECLARAMOS, para os devidos fins, sob as penas da Lei, que somos casados no regime de

(Separação de bens; Comunhão Parcial ou Universal de bens ou Participação final dos aquestos)

e, que qualquer omissão ou falsidade havida nesta declaração em relação ao estado civil dos declarantes que possa prejudicar direito ou criar obrigação, alterando a verdade sobre fato

juridicamente relevante, sujeitará os declarantes às consequências legais previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo de eventual responsabilização civil.

Declaramos, ainda, que providenciaremos a certidão de registro civil atualizada, mediante requerimento e no prazo indicado pelo Credor Fiduciário/Promitente Vendedor, a fim de possibilitar o registro da Escritura Pública/Contrato de Compra e Venda, bem como que a certidão civil apresentada neste ato, não sofreu alteração substancial quanto à alteração de estado civil e/ou regime de casamento.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração em única via.

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome e CPF do(a) declarante)

(Nome e CPF do(a) declarante)

banco
inter

    | [bancointer.com.br](https://www.bancointer.com.br)